

**ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO
E CONTAS PÚBLICAS
CONSELHEIRO EURÍPEDES
SALES**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU EM NÍVEL DE
ESPECIALIZAÇÃO:**

“DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL”

2018

1. SOBRE O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL

Justificativa do curso

A Constituição Federal de 1988 ampliou significativamente as competências dos Municípios, atribuindo a este ente da federação a implementação de políticas públicas em saúde, educação, transporte, segurança, meio ambiente, dentre outros assuntos de suma importância.

Além disso, o Plano Diretor exerce papel fundamental no controle do desenvolvimento sustentável da cidade, cujos aspectos financeiros devem ser detalhados nos instrumentos de planejamento público aprovados por lei.

As projeções orçamentárias de 2013 já apontavam o orçamento da cidade de São Paulo como o 6º mais alto do país, da ordem de R\$ 42 bilhões, isto já considerando a União e os Estados.

Segundo o censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população em 2010 na cidade de São Paulo era de 11.253.503 habitantes, indicando que apenas os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia superam este número.

Assim, merece destaque o estudo da legislação municipal, incluindo a análise da doutrina, da jurisprudência e dos princípios que regem a atividade pública, inclusive o debate a respeito dos mecanismos de planejamento, transparência, execução e controle da gestão pública.

Nesse intuito, com o objetivo de aprofundar a discussão e preparar o servidor público para um melhor desempenho de suas funções nas áreas que tenham afinidade com a aplicação do direito público municipal, é que a Escola de Contas propõe a criação do curso de pós-graduação “lato-sensu” Especialização em “Direito Público Municipal”.

Objetivos do curso

- ✓ Compreender o papel dos Municípios na organização federativa brasileira, por meio do estudo da legislação, da doutrina, da jurisprudência e dos princípios que regem a atividade pública.
- ✓ Entender como ocorre a interpretação e aplicação das leis que compreendem os diversos ramos do direito público municipal.

- ✓ Compreender os mecanismos de planejamento, transparência, execução e controle da gestão pública, com enfoque na legislação.
- ✓ Preparar o servidor para a nova realidade do setor público frente à escassez de recursos, o excesso de demanda por parte da sociedade e a necessidade de prestação de serviços de melhor qualidade para o usuário do serviço público.

2. DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DO ESTUDANTE A SER FORMADO

O curso objetiva formar um profissional atualizado com as legislações e processos da Administração Pública Municipal que possa atender às necessidades do mundo moderno e às exigências da sociedade por um serviço público eficiente e eficaz.

3. MATRIZ CURRICULAR

Disciplinas, carga horária e professores e titulação:

<i>Disciplina</i>	<i>Carga Horária</i>	<i>Professor</i>	<i>Titulação</i>
MÓDULO CONHECIMENTOS GERAIS			
Filosofia do Pensamento Jurídico	30	Luís Eduardo Morimatsu Lourenço	Mestre/ Doutorando
Direito Penal – Crimes contra a Administração Pública	30	Simone Foyen	Mestre
Direito Administrativo – Bens e Serviços Públicos	30	Mariana Uyeda Ogawa	Mestre
Direito Constitucional – Constitucionalismo e Democracia	30	Marcelo Veiga	Mestre
MÓDULO FINANÇAS E ORÇAMENTO			
Direito Financeiro – Planejamento Público	30	André Galindo da Costa	Mestre/ Doutorando
Direito Administrativo – Licitações e	30	Alessandra	Mestre

Contratações		Sales	
Direito Administrativo – Serviços Públicos Municipais e suas formas de prestação	30	Juliana Luvizotto	Doutora
Direito Financeiro – Finanças Públicas	30	Valmir Leôncio	Mestre
Direito Financeiro – Gestão Fiscal	30	Moacir Marques da Silva	Mestre
MÓDULO ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL			
O Estado Brasileiro e o Município na História das Constituições do Brasil e no Direito Constitucional Comparado	30	Silvio Gabriel Serrano Nunes	Doutor
Direito Urbanístico e Ambiental	30	Rosângela da Silva Lima	Mestre
Direito Constitucional – Organização e Funcionamento do Poder Legislativo	30	Maria Fernanda Pessatti de Toledo	Mestre
Direito Constitucional – Teoria Constitucional e Controle Externo	30	Luís Eduardo Morimatsu Lourenço	Mestre/ Doutorando
MÓDULO ACADÊMICO			
Métodos e Técnicas de Pesquisa	30	Suelem Lima Benício	Mestre
Didática do Ensino Superior	30	Luiza Correia Hruschka	Mestre
TOTAL	450		

4. CORPO DOCENTE

O corpo docente é formado por 14 professores que também atuam como servidores públicos com dedicação exclusiva ao TCMSP (08) ou à Escola de Contas (06).

No cômputo geral do corpo docente há 2 Doutores, 2 Mestres e Doutorando e 10 Mestres.

A coordenação pedagógica será exercida por André Galindo da Costa, Mestre em Ciências pela Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, integrante do corpo docente e que institucionalmente responde pela Coordenação da Pós-Graduação da Escola de Contas.

No Anexo I, constam os Currículos Lattes do corpo docente.

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Início das atividades acadêmicas

Será aberta 1 (uma) turma de 30 discentes, às segundas e quintas, pelas tardes (das 12h às 17h) com início em agosto de 2018 e término em março de 2021. O cronograma detalhado encontra-se no Anexo II.

Número de funcionários administrativos disponíveis para o curso

A Escola de Contas conta com os seguintes setores e seus respectivos funcionários para atendimento dos alunos:

Direção da Escola: 01

Coordenação da Pós-Graduação: 01

Expediente Geral (Secretaria): 04

Supervisão Administrativa: 05

Supervisão de Informática: 03

Supervisão de Serviços Gerais: 04

Total: 18 funcionários

Previsão de trabalhos discentes/ Avaliação

Em cada disciplina serão realizados pelos alunos estudos de caso, provas, seminários, trabalhos em grupo e individual, escrita de texto e elaboração de trabalhos escritos.

Como forma de avaliação serão considerados critérios como a participação em sala de aula, a realização dos trabalhos demandados ao longo da disciplina e a nota obtida na prova.

Período / carga horária / número de vagas

Este curso poderá ser oferecido nos períodos: a) matutino, das 9 às 12h; b) vespertino, das 14 às 17h e c) noturno, das 19 às 22h.

Esta pós-graduação está estruturada em 15 (quinze) disciplinas com carga horária total de 450 horas, com duração total prevista de 30 (meses) meses, prevendo-se a organização de turmas com até 30 (trinta) vagas.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O processo de construção do TCC irá começar com a disciplina Técnicas e Métodos de Pesquisa com carga horária de 30 horas, na qual serão disponibilizadas aos alunos todas as ferramentas necessárias, para que o mesmo aplique o rigor científico na produção de seu trabalho.

Salientamos, que o tempo dispendido para a produção do trabalho, bem como a sua respectiva orientação, que estará sob a responsabilidade de um professor deste programa, não será computada nas 450 horas totais do curso.

O objetivo do TCC será apresentar uma tese vinculada à uma das disciplinas do curso, com ideias inovadoras e tese fundamentadas de acordo com os princípios da metodologia científica e que tragam contribuições para a área de estudo.

Entendemos que para tal, o TCC resultará mais interessante se for realizado em grupo de até 5 (cinco) alunos, que poderão contribuir com suas formações e experiências pessoais. Para isso, serão destinados horários na grade, fora das 450 horas exigidas

para obtenção do certificado, para que os alunos possam desenvolver seus trabalhos em grupo.

A avaliação do TCC será feita por banca examinadora, com três membros, em duas etapas: a primeira consiste na BANCA DE QUALIFICAÇÃO para que seja avaliada a pertinência e inovação do trabalho, com sugestões para a melhoria e aperfeiçoamento da pesquisa e sua apresentação, sendo atribuída uma nota preliminar, e, a segunda, consiste na BANCA DE DEFESA, em que o grupo deverá demonstrar os avanços obtidos na estruturação do trabalho. A nota do grupo será a média resultante das notas obtidas na qualificação e na defesa final.

O grupo deverá apresentar o trabalho para a banca examinadora e contará com até 20 minutos para a sua exposição. Cada membro da banca examinadora terá o prazo de, no máximo 10 minutos para arguição oral, tendo o grupo 15 minutos de tempo de resposta para defesa. Ao término das sessões, o grupo se retirará da sala de audiência e a banca definirá a nota de aproveitamento.

Na atribuição das notas os examinadores deverão levar em consideração o texto escrito, a qualidade da pesquisa realizada, a consistência entre a premissa do trabalho e a conclusão oferecida, a exposição oral e a resposta às arguições realizadas. A nota final para aproveitamento escolar é de no mínimo 7,0(sete).

Manual do aluno

Será disponibilizado no ato da matrícula ao corpo discente o Manual do Aluno em que estarão previstas informações imprescindíveis para o cumprimento das exigências pedagógicas deste programa, tais como: situações de abono de faltas, processo de desistência ou desligamento, requisitos e orientações para elaboração do TCC, direitos e deveres do discente, outorga do certificado de conclusão do curso, regime disciplinar, entre outras informações relevantes.

6. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

As aulas irão transcorrer em sala equipada com diversos recursos, tais como: projetor multimídia, telas, quadros brancos e microcomputador. Adicionalmente, em todas as salas de aula há equipamento de ar- condicionado, telefone e acústica adequada.

7. EXIGÊNCIAS PARA CERTIFICAÇÃO

A conclusão do curso dar-se-á quando o aluno:

- a) for aprovado com média final mínima 7,0 (sete) em todas as disciplinas;
- b) obtiver frequência mínima de 75% em cada disciplina;
- c) apresentar no prazo estipulado o TCC, com nota mínima 7,0 (sete).

Os alunos aprovados no curso farão jus ao Certificado de Conclusão do Curso de Especialização, outorgado pela Escola de Contas.

São Paulo, 05 de março de 2018.

ANDRÉ GALINDO DA COSTA

Respondendo pela Coordenadoria Técnica II – Pós-Graduação

JESSÉ SOUZA

Diretor-Presidente da Escola de Contas

ANEXO I – CURRÍCULOS LATTES DO CORPO DOCENTE

Alessandra Mara Cornazzani Sales

Advogada. Graduada pela Faculdade de Direito de São Carlos. Pós Graduada em Avaliação dos Negócios Governamentais pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie Pregoeira formada pelo Tribunal de Contas da União. Auditora Interna de Processo de Qualidade no Serviço Público. Membro da Comissão Especial de Propostas de Parcerias e Convênios Públicos e da Comissão Especial de Pesquisa e Pós Graduação em Direito, ambas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo-SP. Assessora de Gabinete e Professora Convidada da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo-SP. Mestre em Direito Político e Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo-SP.

André Galindo da Costa

Possui graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Licenciado em Administração pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (2011). Mestre em Ciências no Programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (2014). Fez curso de extensão em nível de mestrado em Desenvolvimento Humano Sustentável pela Università Degli Studi Milano Bicocca, de Milão, Itália (2015). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de São Paulo (2017). Doutorando em Ciências da Integração da América Latina na linha de Pesquisa de Sociedade, Economia e Estado na Universidade de São Paulo. Atualmente é assessor de gabinete, professor e pesquisador da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem experiência na área de Administração Pública, com ênfase em Políticas Públicas, Orçamento Público, Finanças Públicas, Mudança Social e Participação Política.

Juliana Cristina Luvizotto

Mestre e Doutora em Direito do Estado pela USP. Graduação em Direito pela PUC-SP. Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Atua na área do Direito Administrativo. Tem experiência na área de direito público, com ênfase em responsabilidade civil do Estado, servidores públicos, processos administrativos, licitações e contratos, ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e ações de responsabilidade civil ambiental.

Luis Eduardo Morimatsu Lourenço

Graduações em Direito e Filosofia. Mestre em Filosofia e Especialista em Direito

Constitucional. Doutorando em Filosofia. Assessor e Docente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem interesse nas seguintes áreas: História da Filosofia austro-alemã; Epistemologia e Filosofia da Ciência (ênfase sobre o desenvolvimento, lógica e metodologia das ciências humanas e sociais no século XIX e início do século XX); Filosofia Política e do Direito; Interpretação Jurídica; Teoria Constitucional contemporânea; Constitucionalismo e Políticas Públicas.

Luiza Correia Hruschka

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Paulista (1986). Psicodramatista, formada pelo Instituto Sedes Sapientiae (2010). Mestre em Administração pela Universidade Metodista. Especialista em grupos pela Sociedade Brasileira de Dinâmica dos Grupos(2007). Curso de Pós Graduação - Lato Sensu em Administração de Recursos (1993) Atua na área de treinamento e desenvolvimento desde 1987. Desenvolve programas comportamentais para todos os níveis hierárquicos da organização. Gestora das Relações de Trabalho do TCMSP e professora da Escola de Contas do TCMSP.

Marcelo Veiga

Professor Universitário, Advogado e Gestor Público. Doutorando em Direito Constitucional, USP. Mestre em Filosofia do Direito e do Estado, PUC/SP. Sub área Direitos Humanos. Professor convidado de Direitos Humanos e Teoria Política, MBA de Políticas e Gestão Governamental, EPD/SP. Professor Auxiliar de Metodologia e Lógica Jurídica, PUC/SP (2007). Assistente em Filosofia do Direito, Introdução ao Estudo do Direito e Direito Administrativo, PUC/SP (2001 a 2007). Professor de Sociologia do Direito e Filosofia do Direito e Ética, UNIBAN/SP (2006 e 2007). Professor de Filosofia do Direito e Filosofia Geral, UNICID/SP (2003 a 2005). Professor de Direito Constitucional, Curso Preparatório para Exame OAB, Noabilis/SP (2001 a 2003). Assessor de Gabinete, Tribunal de Contas do Município de São Paulo (a partir de maio de 2017). Secretário de Reforma do Judiciário, Ministério da Justiça/DF (2015 e 2016). Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, Ministério da Justiça/DF (2015). Assessor Especial do Ministro do Estado da Justiça, Ministério da Justiça/DF (2011 a 2015). Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, Ministério da Cultura/DF (2009 a 2011).

Maria Fernanda Pessatti de Toledo

Assessora Jurídica de Controle Externo (TCMSP). Advogada. Mestre em Direito Constitucional - PUC-SP. Especialista em Gestão Pública pela Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional.

Mariana Uyeda Ogawa

Mestre em Direito Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(2007). Atualmente é PROFESSOR ADJUNTO da Universidade Paulista. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

Moacir Marques da Silva

Graduado em DIREITO (2010) pela Universidade Paulista (UNIP); ADMINISTRAÇÃO (1990) e CIÊNCIAS CONTÁBEIS (1989) pela FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA (UNIFAE). Mestre em Liderança pela Universidade Santo Amaro. Agente de fiscalização do TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (TCMSP), desde 1996. Professor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP. Professor convidado da UNIFECAP, FIPECAFI, ESTÁCIO E USCS. Atual Diretor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP.

Rosângela da Silva Lima

Licenciatura em Desenho (1987) pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo. Graduação em Arquitetura e Urbanismo (1994) pela Universidade Braz Cubas. Mestre em Sociologia Urbana (2010) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Diretora de Obras Particulares e Parcelamento do Solo da Secretaria de Habitação da Prefeitura de Mauá (1997-2001). Chefe de Gabinete da Liderança do Governo na Câmara de Vereadores do Município de São Paulo (2002-2004). Coordenadora de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação da Prefeitura de Santo André (2005-2006). Assessora de Política Urbana da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2006-2014). Assessora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (2014). Tem experiência nas áreas de Regularização Fundiária e Planos Diretores, atuando principalmente com os temas: Direito Urbanístico, Urbanização e Regularização de Favelas, Gestão Urbana, Mobilidade Urbana e Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis.

Silvio Gabriel Serrano Nunes

Bacharel (2007), Licenciado (2009), Mestre (2011) e Doutor (2017) em FILOSOFIA pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa outorgada pelo Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE / CAPES para estágio na UNIVERSITÉ PARIS 1 PANTHÉON - SORBONNE sob a supervisão do Professor Doutor Bertrand Binoche para o período de Maio a Dezembro de 2015. Bacharel em DIREITO pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP / 2003), Advogado (2004) e Especialista em DIREITO ADMINISTRATIVO pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP / 2008). Atua nas áreas de FILOSOFIA POLÍTICA e DIREITO PÚBLICO com ênfase em ÉTICA, POLÍTICA, DIREITO CONSTITUCIONAL e DIREITO ADMINISTRATIVO. Pesquisa a questão do DIREITO DE RESISTÊNCIA e a REFORMA PROTESTANTE nas origens do ESTADO MODERNO e seus desdobramentos, com ênfase na tradição do CONSTITUCIONALISMO CALVINISTA e seu legado em institutos contemporâneos de Direito Público como o CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, o CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS e o conceito de LEIS FUNDAMENTAIS. Outro ponto relevante na pesquisa consiste na análise das QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PODER POLÍTICO, uma discussão frequente nos tratados políticos dos calvinistas no século XVI. Professor de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Filosofia Jurídica na Universidade Nove de Julho. Professor Convidado da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município da disciplina "Organização Administrativa do Estado" (DIREITO ADMINISTRATIVO) no Curso de Especialização em "Gestão e Controle Externo das Contas Públicas". Professor de História do Direito da EBRADI - Escola Brasileira de Direito.

Simone Foyen

Advogada militante no Estado de São Paulo, graduada em Direito pela Universidade

Cruzeiro do Sul - UNICSUL (2000). Especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC (2007). Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL (2014). Atualmente é Assessora e professora na Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales, criada pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP.

Suelem Lima Benício

Mestre em Política Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Política Pública da Universidade Federal do ABC. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Professora da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Atuou como Assistente Técnico Pedagógico junto a DOT/Núcleo de Educação Étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo atuando na formulação de políticas públicas para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Professora de Ensino Fundamental e Médio junto a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Principais áreas de atuação: educação, educação básica, políticas públicas, relações étnico-raciais, ensino de sociologia e história.

Valmir Leôncio da Silva

Mestre em Administração pela Universidade de Santo Amaro (2005). Especialização em Contabilidade Pública pela FECAP - Fundação Escola e Comércio Álvares Penteado (2000) - Curso de Aperfeiçoamento em Controle Externo pela ATRICON - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (1999). Graduado em Ciências Contábeis - Faculdades da Zona Leste de São Paulo (1990) e em Ciências Jurídicas pela Universidade Paulista (2010). É Auditor concursado do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e atua como Coordenador Técnico da escola de contas do TCMSP. É Professor e Palestrante , atuando principalmente nos seguintes temas: Contabilidade Pública, Planejamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal e Execução Orçamentária.

ANEXO II – CALENDÁRIO ESCOLAR